



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **AS COOPERATIVAS DE TRABALHO ASSOCIADO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA SOCIAL PARA ALÉM DAS RELAÇÕES LABORAIS**

Eliene Gomes dos Anjos  
Doutoranda do PPGCS da Unisinos  
elieneanjos9@hotmail.com

### **1. Introdução**

A proposta da economia solidária baseada em valores distintos do sistema vigente, aglutina milhares de trabalhadores/as desde a década de 1980. Essa proposta não é nova para a classe trabalhadora, suas lutas históricas se basearam na busca pela democracia, igualdade e autogestão nas relações produtivas. Na visão de Singer (2002), a economia solidária ressurgiu inicialmente para aqueles que estavam excluídos do mercado formal. Mas, a partir de meados da década de 1990, o cenário modifica-se, o “que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é a mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica da economia solidária” (2002, p. 126).

Razeto (1993), citado por Lima (2008), define a economia solidária como:

[...] formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. – que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente das outras realidades econômicas (1993, p. 40).

Com a reestruturação produtiva e a inclusão parcial de um segmento da classe trabalhadora não qualificada no mercado formal, os empreendimentos econômicos solidários se multiplicaram, possibilitando práticas de trabalho que eram residuais no modo de produção dominante, tornarem-se objeto de políticas públicas e perspectivas emancipatórias.

Neste sentido, Chaniel e Laville (2009) afirmam:

[...] Somente uma teorização que considere a solidariedade como um princípio de ação coletiva independente, distinto do agir instrumental e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

estratégico, tem condições de compreender a originalidade do que se expressa nas práticas associativas. A solidariedade remete à liberdade positiva de se desenvolverem práticas cooperativas e ultrapassa, pela busca das condições intersubjetivas da integridade pessoal, a lógica do interesse (2009, p. 21-22).

É nesta perspectiva analítica que Singer (1998a) destaca a organização do trabalho em cooperativas como possibilidade de um novo modo de produção justo e solidário. Entretanto, não deixa de ressaltar as dificuldades desse processo num mercado competitivo, assim como o risco de elas se degenerarem.

Para um empreendimento solidário constituir-se, não pode haver separação estrutural entre o trabalho e a posse dos meios de produção. Trabalho e capital estão fundidos, porque aqueles que trabalham são proprietários. Apenas secundariamente há trabalhadores não-sócios. Dessa forma, Singer (2002, p. 83-84) elege a cooperativa de produção como modalidade elementar da economia solidária, acreditando que esta agrega características básicas que permitem práticas democráticas de gestão e decisões coletivas sobre o resultado apurado. Aquelas cooperativas que mantêm um quadro expressivo de trabalhadores/as assalariados/as não fazem parte dos empreendimentos solidários, porque há uma separação entre o capital e trabalho.

As organizações da economia solidária não se restringem às cooperativas. Há diversas outras modalidades de empreendimentos associativos relacionados a um projeto alternativo de organização produtivo, social e político. Eles almejam constituir-se em espaços demarcados pela solidariedade daqueles que não se sentem incluídos no projeto da sociedade mercantil. Neste sentido, emergem no interior dessas organizações, formas de sociabilidade baseadas em princípios emancipatórios. Porém, essas experiências não estão isentas de contradições, são evidentes os limites das cooperativas para garantir direitos e benefícios para seus associados. Neste contexto, essa comunicação investiga a emergência de outras formas de sociabilidades no cotidiano laboral e a relação destas com o trabalho.

## **2. As controvérsias em torno do papel das cooperativas para os trabalhadores**

Nas três últimas décadas do século XX, o movimento cooperativista adquiriu novo fôlego como resposta a demandas distintas. Retomou seu caráter alternativo para a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

classe trabalhadora, tornando-se instrumento de fomento para segmentos parcialmente incluídos no mercado de trabalho e respondeu igualmente à reestruturação produtiva, resultante das transformações econômicas, tecnológicas e técnico-organizacionais, denominada por Harvey (1992) de acumulação flexível.

Nas décadas de 1980 e 1990, houve um aumento expressivo de empreendimentos cooperativos, sobretudo de intermediação de mão-de-obra no setor industrial. Este crescimento é resultado do regime de acumulação flexível, com a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a utilização das cooperativas no processo de terceirização. Em 1994, foi criada no Brasil uma lei que possibilita às empresas a contratação de cooperativas constituídas por trabalhadores associados e não-assalariados, sem caracterização de vínculo empregatício. A partir dessa lei, as cooperativas de trabalho tornaram-se a modalidade de terceirização mais utilizada pelas empresas (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p.41).

Entretanto, outros motivos também contribuíram para a multiplicação de cooperativas no contexto brasileiro. A emergência de empreendimentos relacionados ao conceito de economia solidária nos anos de 1990 estimulou a criação de cooperativas como alternativa à redução dos postos de trabalho. A questão do desemprego provocado pela reestruturação produtiva é um dos fatores que impulsionaram este surgimento (Singer, 1998b); todavia, este não é o único fator causal. Gaiger (2004, p. 374-377) atribui o crescimento dos empreendimentos relacionados à economia solidária à conjunção de diversos fatores.

Dentre esses fatores, destacam-se: primeiro, as práticas associativas, comunitárias ou de classe presentes nos setores populares, as quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança e possibilitaram a criação de organização para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Segundo, a existência de organizações e lideranças populares genuínas que buscam assegurar a interlocução com os agentes externos. Terceiro, a existência da possibilidade de compatibilizar as práticas econômicas associativas desenvolvidas no âmbito da economia solidária com as da economia popular. Quarto, a existência de entidades e grupos de mediação que canalizam as demandas dos/as trabalhadores/as para alternativas associativas e autogestionárias. Além desses fatores, soma-se a criação de um cenário político ideológico de reconhecimento das demandas e alternativas criadas nos setores



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

populares, apoiadas por segmentos dos movimentos sociais e pela institucionalidade política.

É numa realidade diversificada que os diversos tipos de cooperativas serão apreendidas como objeto empírico de análises distintas. Neste sentido, Lima (2009) argumenta,

[...] Da mesma forma que as cooperativas foram organizadas pelos trabalhadores como reação ao desemprego e como possibilidade de construção de uma alternativa democrática e autônoma, elas também foram percebidas pelos empresários como meio de rebaixamento de custos, na lógica da competitividade internacional em redes de terceirização (2009, p. 93-94).

Em diversos estudos sobre as cooperativas de trabalho, em regiões distintas do Brasil, Lima (2002; 2006) aponta a utilização dessas para flexibilizar as relações trabalhistas, e como consequência, a precarização do trabalho, expondo o trabalhador a uma situação de vulnerabilidade. Uma pesquisa realizada por esse autor na região Nordeste do Brasil demonstrou que o crescente número de cooperativas de trabalho nas zonas rurais estava atrelado à política de estímulo de modernização dessas áreas por parte dos governos estaduais, com a transferência de diversas fábricas do Sul e Sudeste do país. As cooperativas eram criadas independentemente da vontade do trabalhador, sendo a forma mais eficaz de diminuir os custos para o capital, por outro lado, essas cooperativas potencializaram postos de trabalhos em regiões que não estavam integradas no circuito industrial.

Pesquisas realizadas por Lima (2006) e Silva (2007) em cooperativas de trabalho industrial na região metropolitana de Salvador e São Paulo, demonstram que os trabalhadores, ao optarem pelo modelo cooperativo como forma de garantir trabalho e renda, estão constituindo relações precárias de trabalho, porque não detêm autonomia sobre seu trabalho. A maioria dessas cooperativas segue o cronograma imposto pela contratante, restando ao trabalhador sua subordinação à empresa como forma de garantir contratos futuros.

A ascensão desse tipo de cooperativismo autoriza alguns autores a criticar as cooperativas de trabalho, como Thébaud-Mony e Druck (2007), alertando para a idealização dessas práticas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Neste quadro de crescimento e diversificação da terceirização em velhas e novas modalidades, considera-se que o uso de cooperativas é a forma mais perversa, pois precariza legalmente o trabalho, já que é descoberta por legislação específica, e alimenta a ilusão de trabalhadores que acreditam ser a cooperativa uma experiência de autogestão, de trabalho solidário e uma alternativa ao desemprego (2007, p. 48).

Uma análise crítica desse fenômeno torna-se relevante, uma vez que as cooperativas ora são apresentadas como estratégia de flexibilização e precarização do trabalho (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007), ora como empreendimentos distintos dos mercantis, com potencialidade de emancipação social e construção de um novo conceito de trabalho, não mais subordinado ao capital, mas constituído de forma associativa e autogestionária (TIRIBA; PICANÇO, 2004).

Neste contexto, diversas pesquisas demonstram o retorno às práticas cooperativas como incentivo a novas formas de atuação, a partir de um reposicionamento político-ideológico, impulsionando ações como as relacionadas ao associativismo, que buscam transformações limitadas, mas concretas. (LAVILLE; GAIGER, 2009). Na análise de Rodrigues (2002), as cooperativas de trabalho e empresas solidárias populares representam uma estratégia promissora, capaz de sobreviver em um mercado crescentemente global.

Essas cooperativas autogeridas pelos/as próprios/as trabalhadores/as assumem papel de protagonistas na esfera pública, sendo estimuladas a partir de políticas públicas do governo, e na sociedade civil, pelos movimentos sociais e as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Lima (2009) avança no debate sobre o papel que cumprem as cooperativas para os/as trabalhadores/as, afirmando que estas

representam uma alternativa de ocupação e renda em um mercado de trabalho segmentado e altamente informal. Apontam um caminho em que a autogestão constitui uma possibilidade em frente ao assalariamento, sem que ela necessariamente signifique precarização [...] (p. 94-95).

Santos (2002) defende as cooperativas populares, porque segundo ele, se baseia em valores e princípios não capitalistas, que ao mesmo tempo, operam numa economia de mercado. Ainda segundo este autor, esse tipo de cooperativa apresenta razões que demonstram seu potencial:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

[...] as cooperativas de trabalhadores tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas, porque seus trabalhadores proprietários têm maior incentivo econômico e moral para dedicar o seu tempo e esforço ao trabalho, e porque, uma vez que os trabalhadores beneficiam-se diretamente quando a cooperativa prospera, diminuem drasticamente os custos de supervisão, que, numa empresa capitalista, são altos porque a vigilância constante do desempenho dos empregados necessária para assegurar a cooperação destes com a empresa (Santos, 2002, p. 36).

As controvérsias acerca das práticas cooperativistas não chegaram a um diagnóstico definitivo, porém, para segmentos da classe trabalhadora, esta é a realidade atual de ocupação. Pelo cenário de momento, esta realidade não demonstra ser transitória.

### **3. Os limites e desafios das cooperativas mapeadas pela Senaes**

Numa pesquisa realizada com as cooperativas que foram cadastradas no Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária (2005-2007), realizado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), Anjos (2009) demonstrou que essas se caracterizam simultaneamente por práticas democráticas e por sérias dificuldades em garantir direitos e benefícios aos seus associados.

Dos 21.855 empreendimentos que compõem o banco de dados da Senaes, 2.111 são cooperativas. Elas correspondem a 9,7% do total pesquisado. Como essa pesquisa investiga as cooperativas que geram trabalho e renda para seus associados, realizamos uma seleção, excluindo aquelas que não têm sócios trabalhando no empreendimento e que não realizam de forma coletiva a produção, a prestação de serviço ou o trabalho. Com este filtro, dispomos de um banco de dados com 1.257 cooperativas que foram objeto da análise.

A análise quantitativa realizada demonstrou que essas cooperativas se constituem em espaços democráticos de participação e decisão dos sócios, com 87,1% utilizando-se de assembleias. Mas no que se refere às condições e direitos efetivos do trabalho, 75,8% das cooperativas não estão conseguindo garantir remuneração fixa aos sócios que trabalham. Esse índice tão elevado pode ser explicado, inicialmente, porque 79,1% dos sócios que trabalham não o fazem necessariamente em regime integral e recebem por horas trabalhadas. Contudo, é relevante que 11,1% declarem não estar conseguindo remunerar as/os sócias/os trabalhadoras/es. Somente 15,1% afirmam



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

remunerar nas férias; 29,5% garantem qualificação profissional como benefícios e direitos. Para 60,15% das cooperativas, não há garantias, benefícios e direitos para os sócios que trabalham.

Ao escrutinar as demais motivações para a criação das cooperativas, considerando que o questionário do Primeiro Mapeamento permitiu apontar até três respostas por ordem de importância, o desemprego ainda se destaca entre os que têm maiores percentuais somados, com 55%. Logo depois vem o objetivo de obter maiores ganhos em um empreendimento associativo, com 40,6%, seguido de perto por aquele de desenvolver uma atividade em que todos sejam donos, com 39,5%, o quarto percentual refere-se a dispor de uma fonte complementar de renda para os associados, com 34,3%. O aprofundamento das razões que levaram à criação das cooperativas demonstra que o surgimento destas está relacionado ao quadro de desemprego enfrentado pelos trabalhadores nas décadas de 1990 e 2000. Porém, não deixa de ser sugestivo que duas das razões secundárias estejam voltadas para princípios associativos e autogestionários.

Das 1.257 cooperativas analisadas, 32,9% possuem trabalhadores não-sócios. Entre aquelas que são empregadoras, 47,6% têm contratação permanente, 37,7% são temporários e 14,7% contratam por ambas as modalidades. As atividades desenvolvidas são diversas, desde administração, secretaria, contabilidade, finanças, gerência, assessoria, consultoria, manutenção e serviços gerais, representação comercial, vendas, comunicação, até trabalho na produção.

Quanto aos tipos de vínculos dos trabalhadores não-sócios com as cooperativas, 16,4% são formais, ou seja, assalariados; 16,7% têm prestação de serviços remunerada; 2,1% são estagiários e apenas 1,8% não têm vencimentos. A remuneração desses trabalhadores é variada. Nos itens gerência, assessoria e consultoria, paga-se até meio salário mínimo vigente em 2007 para 43,7%, o mesmo valor para 54,5% da representação comercial e comunicação. Pagam-se de um a dois salários à área administrativa e financeira, com 33%, e também para a manutenção e serviços gerais, com 37,8%.

Por conta dos limites enfrentados pelas cooperativas identificadas com a economia solidária para garantir direitos e benefícios as/aos trabalhadoras/es sócias/os, não é possível uma resposta categórica quanto às potencialidades de esses empreendimentos se constituírem em alternativa ao trabalho assalariado. Os dados



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

quantitativos demonstram uma prática democrática significativa no cotidiano das cooperativas, porém, o trabalho gerado nestes formatos produtivos torna-se uma atividade secundária na luta pela sobrevivência dos/as trabalhadores/as que se encontram neste formato produtivo.

Neste contexto, o trabalho associado está sendo complementar a outras formas de trabalho que efetivamente garantem a reprodução dos cooperados e das suas famílias. Por outro lado, a vivência num empreendimento autogestionário, aponta para a inserção em dimensões que vão além da relação laboral, propiciando uma experiência social que impulsiona diversos/as trabalhadores/as a continuarem acreditando na constituição de um trabalho emancipado e de uma sociedade baseada nos princípios da solidariedade.

#### **4. A experiência social dos/as trabalhadores/as em cooperativas**

Numa pesquisa qualitativa, em curso, com quatro cooperativas criadas para gerar trabalho e renda, percebe-se que o cotidiano dos/as trabalhadores/as associados/as é permeado por diversas formas de sociabilidades. Nestas cooperativas, o trabalho é um vínculo importante na manutenção desse formato produtivo, mas não o único. Devido ao fortalecimento do movimento da economia solidária e das políticas públicas adotadas neste campo, os/as trabalhadores/as associados/as vivenciam experiências que perpassam as relações laborais e envolvem outras dimensões sociais.

As cooperativas investigadas situam-se em bairros periféricos de Salvador, atuam nos ramos de reciclagem, alimentação, confecção e artesanato. Elas foram criadas entre os anos de 1999 a 2004, devido ao quadro de desemprego e a iniciativa de organizações populares que incentivavam pessoas em situação de vulnerabilidade social a se associarem.

As cooperativas, objeto desse estudo, foram registradas no Primeiro Mapeamento da Senaes, desenvolvem atividades econômicas representativas dos empreendimentos solidários e apresentam os limites descritos no item anterior, em relação aos direitos e benefícios gerados pelo trabalho associado. Entretanto, merece destaque que para as/os trabalhadoras/es da cooperativa de reciclagem, esta é a atividade principal; nela, em média, a remuneração mensal é cerca de R\$ 400,00. As demais cooperativas não estão conseguindo garantir uma renda mensal fixa e, para a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

maioria das/os trabalhadoras/es, a atividade desenvolvida no empreendimento é complementar a outras formas de trabalho e renda.

Segundo o Mapeamento, a maioria dos empreendimentos econômicos solidários encontra-se no meio rural; contudo, as cooperativas concentram-se nas áreas urbanas. Das 2.111 registradas no Mapeamento, 49,7% delas se encontram no meio urbano, 28,8% entre o urbano e rural e somente 21,4% exclusivamente no rural. Este dado pode ser explicado pelo público alvo dos empreendimentos criados nas diversas frentes de atuação do movimento da economia solidária. São membros dessas cooperativas, trabalhadores com pouca qualificação profissional, jovens sem experiência profissional e mulheres acima de 40 anos que encontram maiores empecilhos para conseguir uma colocação no mercado formal.

A trajetória ocupacional dos/as cooperados/as remete a uma inserção parcial na sociedade salarial. Antes de serem cooperados/as, eram autônomos, donas de casa sem remuneração, catadores individuais e comerciários/as. A possibilidade de se constituir protagonistas da sua própria história é ressaltada e valorizada na experiência cotidiana desses/as trabalhadores/as. Limitar-se a destacar somente a precariedade das condições de trabalho, invisibiliza os processos de descobertas e atuação política que estão inseridos/as devido às possibilidades criadas na luta para constituir um trabalho associado e autogestionário.

Neste contexto, indaga-se o que propiciaria a permanência dos/as trabalhadores/as nas cooperativas diante das sérias dificuldades enfrentadas para garantir direitos e benefícios. Com base na análise preliminar das entrevistas e participações em diversos eventos do movimento da economia solidária, a experiência social adquirida nestas é o elemento fundamental para aqueles que persistem nestes empreendimentos.

O conceito de experiência social, para nomear a vivência dos trabalhadores nas cooperativas da economia solidária, é baseado na definição de Dubet (2010). Para este autor, esse conceito se refere a “las conductas individuales y colectivas dominadas por principios constitutivos heterogéneos y la actividade de los individuos que deben construir el sentido de sus prácticas en el interior mismo de esta heterogeneidad” (2010, p. 14). Com essa noção, percebemos que os/as trabalhadores/as atribuem um sentido a suas experiências nas cooperativas que não podem ser reduzidas somente à dimensão



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

laboral. A necessidade do trabalho é o fator inicial para a organização do empreendimento, mas a lógica de funcionamento e a inserção em demandas sociais construídas pelo fortalecimento da economia solidária como um movimento social que propõe um modelo alternativo de sociedade, proporcionam novos significados para seus membros.

A vontade de construir uma relação de trabalho não subordinado está presente nas falas dos entrevistados. No imaginário desses trabalhadores, é possível ter um trabalho associado, autogestionário e autônomo. Estes são os adjetivos usados pelos líderes das cooperativas, ainda que admitam os limites de negociação com o mercado e as regras impostas pela sociedade mercantil que, na maioria das vezes, subordinam os empreendimentos à lógica da concorrência.

A possibilidade de constituir um trabalho emancipado no sistema de produção capitalista é controversa. A autonomia do trabalho nas práticas autogestionárias, alicerça-se no argumento que a apropriação coletiva dos meios de produção garantiria o fim da alienação analisada por Marx no trabalho assalariado. Na análise de Méda (1999), esse trabalho não é libertado, porque ele continua sendo regido pela lógica da eficácia, com isso não mudaria muita coisa nas condições concretas de trabalho. “Porque o problema não é a propriedade dos meios de produção, mas o próprio caráter do trabalho atual, o fato de a eficácia produtiva continuar a ser o seu fim” (1999, p. 165). Não podemos afirmar que a produtividade é a finalidade dessas cooperativas, mas como empreendimentos econômicos, ainda que mantenham suas peculiaridades, enfrentam as exigências da concorrência mercantil e, em alguns casos, essas exigências terminam opondo-se aos princípios cooperativistas e da economia solidária.

Não obstante, empregar a autogestão, a cooperação e solidariedade entre aqueles/as que vivenciam a subalternidade possibilita experiências emancipatórias. São essas experiências que os/as trabalhadores/as destacam no seu cotidiano e apresentam como justificativa para persistirem nas cooperativas: participar de eventos políticos, como as conferências da economia solidária, serem ouvidos, participar dos processos de tomada de decisão faz com que se sintam protagonistas do labor diário. A participação direta nos processos decisórios das cooperativas, a convivência com outros empreendimentos, a aproximação com os órgãos públicos exercem um efeito motivador entre os/as trabalhadores/as. Para a maioria deles/as, o trabalho anterior tornava-os/as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

invisíveis, somente reprodutores/as das normas impostas pelos supervisores; agora, dizem, são os fazedores/as do seu labor.

O efeito subjetivo da participação na tomada de decisão nas cooperativas está relacionado diretamente com o número de associados/as e ao conceito de autogestão. A cooperativa investigada com maior número de sócios/as é de vinte e quatro; com este tamanho, argumentam, é possível garantir a todos/as participação nos processos decisórios. De acordo com Rosanvallon (1979) “Si la autogestión es un proyecto de sociedad, no es un modelo de sociedad que haya que llevar a la práctica. La autogestión es a la vez un método y una perspectiva de cambio social” (1979, p. 84).

Os/as trabalhadores/as estão experimentando novas formas de convivência no local de trabalho. Essas formas não se limitam a uma razão instrumental da produtividade e eficácia, mas, antes disso, valoriza o humano, o saber de todos/as e sua atuação para construir o empreendimento. A autogestão aparece como um movimento que é produto das experiências, de triunfos e de fracassos. Ainda para Rosanvallon, “La autogestión definida como sociedad de experimentación, es pues la posibilidad para la sociedad de comportarse como un organismo vivo. Todo organismo vivo es inseparable del proceso continuo de experimentación en el que se construye” (1979, p.88).

A experiência da autogestão propicia uma nova forma de viver, impulsiona contínuas transformações e o aprendizado do fazer democracia na prática. Essa vivência não é apresentada sem conflitos pelos/as entrevistados/as; ao contrário, afirmam que as relações interpessoais são os maiores entraves para o funcionamento mais harmônico das cooperativas, mas estes conflitos fazem parte do processo e se articulam com os princípios do cooperativismo e da economia solidária, para construírem uma alternativa concreta de organização do trabalho e participação na sociedade.

Para Gaiger e Anjos (2011) as práticas de autogestão promovem sistemas mais amplos de reciprocidade, conferindo um novo valor à noção de justiça e interesse público. Nesta perspectiva, os empreendimentos econômicos solidários aglutinam-se em redes para fortalecer-se e conseguir consolidar-se no ramo que atuam. A cooperativa de reciclagem faz parte do Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia, formado por dez empreendimentos. Com a constituição dessa rede, elevou-se o valor do material vendido a indústria de reciclagem em 66,66%.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Todas as cooperativas pesquisadas estão inseridas em redes. Isso não significa que todas as redes estão tendo sucesso no seu objetivo proposto; mas um dado é consensual, a constituição de redes permitiu o acesso a editais públicos e ações governamentais, o que vem impulsionando a qualificação profissional dos cooperados e adesão de novos associados.

Enfim, as cooperativas relacionadas com a economia solidária apresentam muitas controvérsias acerca das condições de trabalho ofertadas aos sócio-trabalhadores. Por outro lado, a experiência gerada pela vivência concreta de estruturas mais participativas, está promovendo novos espaços de demandas sociais, a exemplos dos fóruns, e sujeitos ativos no processo de construção de alternativas para inserir efetivamente segmentos que foram parcialmente incluídos na sociedade salarial e que, agora, sentem-se como sujeitos da sua própria história e estão dispostos a reescrevê-la.

## 5. Referências

ANJOS, Eliene. As singularidades das cooperativas autênticas. Trabalho apresentado ao GT 30 no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho de 2009.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho In: A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 13-22.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. Associativismo. In: Dicionário internacional da outra economia. HESPANHA, Pedro et al (org). CES, Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 21-25.

DUBET, François. Sociología de la experiencia. Madrid: Editorial Complutense, 2010.

GAIGER, Luiz; ANJOS, Eliene. Economía solidaria en Brasil: la actualidad de las cooperativas para la emancipación histórica de los trabajadores. In: Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba. PIÑEIRO, Camila (org). Editora Caminos, Havana, 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

GAIGER, Luiz. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LAVILE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz. Economia solidária. In: Dicionário internacional da outra economia. HESPANHA et al (org). CES, Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 162-169.

LIMA, Cristiano F. Das lacunas entre o velho e o novo: sobre o “trabalho”, um olhar diferente. 2008, 134 fs. Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

LIMA, Jacob. As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

\_\_\_\_\_. Cooperativas falsas ou cooperatos. In: CATTANI, D.; HOLZEMANN, L. (orgs). Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2006, p. 71-77.

\_\_\_\_\_. Cooperativas de trabalho. In: Dicionário internacional da outra economia. HESPANHA et al (org). CES, Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 91- 95.

MÉDA, Dominique. O trabalho: um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim de Século, 1999.

RODRIGUEZ, Cesar. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: Produzir para viver: os caminhos da produção na capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p 329-368.

ROSANVALLON, Pierre. La autogestión. Madrid: Editorial Fundamentos, 1979.

SANTOS, Boaventura. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Selma C. A terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia? In: A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.

DRUCK, G; FRANCO, T. (org). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 147- 166.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B. S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-130.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

\_\_\_\_\_. Uma utopia militante: Repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

\_\_\_\_\_. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998b.

THÉBAUD-MONY, Annie; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização. DRUCK, G; FRANCO, T. (org). São Paulo: Boitempo, 2007, p.23-58.

TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. Introdução. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. TIRIBA, L; PICANÇO I. (org). Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004, p. 19-32.